



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº _____, DE 2026
(Do Sr. Gustavo Gayer)

Solicita ao Sr. Ministro da Fazenda, informações detalhadas, estudos técnicos, projeções oficiais e documentos relacionados à sustentabilidade do Novo Arcabouço Fiscal, à trajetória da dívida pública, e às medidas adotadas para prevenção de risco de colapso fiscal.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que sejam solicitadas ao Sr. Ministro da Fazenda, informações detalhadas, estudos técnicos, projeções oficiais e documentos relacionados à sustentabilidade do Novo Arcabouço Fiscal, à trajetória da dívida pública, e às medidas adotadas para prevenção de risco de colapso fiscal.

Com o objetivo de instruir as informações relativas a este requerimento de informações, solicito:

- 1) *Encaminhar a íntegra de todos os estudos, notas técnicas, pareceres internos e projeções oficiais elaborados pelo Ministério da Fazenda, desde 2023, relativos à sustentabilidade do Novo Arcabouço Fiscal no curto, médio e longo prazos.*
- 2) *Informar, de forma detalhada e acompanhada da respectiva fundamentação legal, o rol completo das despesas que foram ou serão excluídas dos limites do Novo Arcabouço Fiscal entre os exercícios de 2023 e 2026, indicando os valores individualizados por exercício.*
- 3) *Encaminhar as projeções oficiais do Ministério da Fazenda para a trajetória da dívida pública bruta e líquida da União até*





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

2035, discriminando os principais pressupostos macroeconômicos adotados.

- 4) Informar se existem estudos internos que indiquem risco de dominância fiscal a partir de 2026 ou 2027, encaminhando, em caso positivo, a íntegra desses documentos.*
- 5) Detalhar as medidas estruturais de contenção de despesas obrigatórias efetivamente avaliadas pelo Ministério da Fazenda desde 2023, indicando quais foram implementadas, quais foram descartadas e as razões técnicas e políticas para eventual rejeição.*
- 6) Esclarecer o impacto fiscal estimado, em valores absolutos e como percentual do PIB, da política de valorização real do salário mínimo sobre as despesas obrigatórias da União no período de 2024 a 2035.*
- 7) Informar qual o esforço fiscal estrutural considerado necessário pelo Ministério da Fazenda, para estabilizar a dívida pública em patamar sustentável, indicando o percentual do PIB estimado e o horizonte temporal considerado.*
- 8) Encaminhar cópia de eventuais comunicações formais, pareceres ou alertas emitidos por órgãos técnicos do governo federal, ou por instituições independentes, que tenham sido analisados pelo Ministério da Fazenda e que tratem de risco de colapso fiscal ou perda de credibilidade do regime fiscal vigente.*

Por fim, solicita-se o fornecimento de informações complementares que o senhor Ministro da Fazenda, entenda como relevantes, sobre o tema.





JUSTIFICAÇÃO

Órgãos técnicos vinculados ao próprio Estado brasileiro, notadamente a Instituição Fiscal Independente (IFI), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Banco Central do Brasil, vêm emitindo alertas consistentes e reiterados quanto à deterioração do quadro fiscal nacional e à perda de credibilidade do Novo Arcabouço Fiscal aprovado em 2023¹.

Estudos recentes indicam que a política fiscal atualmente adotada não tem sido capaz de compatibilizar a expansão das despesas públicas, com a preservação da sustentabilidade das contas públicas no médio e longo prazos. Projeções amplamente divulgadas apontam trajetória ascendente e preocupante da dívida pública, que poderá ultrapassar 100% do Produto Interno Bruto (PIB) na próxima década, caso não sejam adotadas medidas estruturais efetivas.

Causa especial preocupação o uso recorrente de exceções, exclusões e flexibilizações das regras do Novo Arcabouço Fiscal, com a retirada de despesas relevantes dos limites legalmente estabelecidos, comprometendo a previsibilidade, a transparência e a credibilidade do regime fiscal perante o Congresso Nacional, o mercado e a sociedade.

Além disso, observa-se que o ajuste fiscal tem recaído de forma quase exclusiva sobre o aumento da carga tributária, que já atingiu patamar recorde histórico, sem que haja avanço proporcional no enfrentamento das despesas obrigatórias, cuja expansão contínua engessar o orçamento federal e comprime investimentos públicos essenciais.

Ainda, o cenário descrito amplia o risco de dominância fiscal, situação na qual o crescimento descontrolado da dívida pública limita a eficácia da política monetária, alimenta pressões inflacionárias persistentes e compromete a competitividade econômica do país. Trata-se de risco concreto, reconhecido por analistas independentes e mencionado em comunicações oficiais do Comitê de Política Monetária (Copom).

¹ <https://www.gazetadopovo.com.br/economia/colapso-fiscal-governo-lula-alerta-ifi-ipea/>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO DEPUTADO GUSTAVO GAYER – PL/GO

Diante da gravidade do quadro, é dever constitucional do Poder Legislativo exercer seu papel fiscalizador, exigindo total transparência quanto às projeções fiscais oficiais, às medidas adotadas pelo Poder Executivo, e às estratégias efetivamente consideradas para evitar um colapso fiscal e garantir a sustentabilidade das finanças públicas.

Sala das Sessões, em de , de 2026.

Deputado **GUSTAVO GAYER**
PL/GO

